

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Hospital Estadual de Diadema "Governador Orestes Quéricia" - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

Spdm - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quéricia

CNPJ n.º 61.699.567/0005-16

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quéricia**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Ativo Circulante	150.138.370,83	176.025.601,68	Passivo Circulante	149.256.706,14	175.136.166,26
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)	438.603,46	143.144,04	Fornecedores (nota 3.10)	2.641.167,70	2.192.270,09
Caixa	-	-	Serviços de Terceiros P. Jurídica (nota 3.11)	2.109.507,41	1.967.260,26
Bancos conta movimento (nota 3.1)	3.285,05	2.364,16	Serviços de Terceiros P. Física (nota 3.11)	175.490,98	144.711,89
Aplicações Financeiras (nota 3.2)	435.318,41	140.779,88	Salários a pagar (nota 3.12)	4.236.453,31	3.990.058,86
Contas a Receber (nota 3.3)	147.322.480,74	173.739.830,35	Contribuições a recolher (nota 3.13)	8.145.830,96	7.419.767,07
Secretaria Saúde do Est. S. Paulo - HED (nota 3.3.1)	124.020.000,00	124.020.000,00	Provisão de férias (notas 3.14)	6.594.312,17	6.677.009,40
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.8)	-	26.417.349,61	Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.14)	527.168,89	533.839,33
Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.3)	23.302.480,74	23.302.480,74	Provisão PIS sobre Férias (3.14)	65.943,17	66.770,25
Outros Créditos (nota 3.4)	852.594,46	844.282,02	Provisão de Despesa com Quitações (nota 3.8)	-	26.417.349,61
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	183.604,77	197.911,85	Empréstimo a Funcionário Lei 10.182/03	-	-
Antecipações salariais (nota 3.4.2)	25.811,13	28.767,52	Impostos a recolher (nota 3.15)	1.650.921,58	1.509.555,09
Antecipação de férias (nota 3.4.3)	447.106,48	462.070,45	Obrigações Tributárias (nota 3.16)	208.124,58	178.678,05
Outros créditos e adiantamentos	2.351,20	4.996,20	Processos Trabalhistas a pagar (nota 3.17)	3.000,00	-
Depósito Judicial (nota 3.4.4)	193.720,88	150.536,00	Outras contas a pagar (nota 3.18)	226.000,11	191.694,70
Adiantamento SPDM	-	-	Recebimento de Materiais de terceiros (nota 3.19)	26.089,60	23.839,71
Valores Transitáveis	-	-	Obrigações c/materiais de terceiros (nota 3.6.1)	96.349,81	57.457,55
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.5)	16.790,01	16.581,02	Estrutura SPDM	52.403,44	61.706,32
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5 e 11)	16.790,01	16.581,02	Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.20)	122.497.942,43	123.704.198,08
Estoques (nota 3.6)	1.507.902,16	1.281.764,25	Passivo Não Circulante	138.403.915,87	236.133.648,58
Material Utilizado no Setor de Nutrição	136.887,23	123.485,68	Provisão de Despesa Proc. Cíveis (notas 3.21 e 3.21.1)	713.240,98	713.240,98
Material Utilizado no Setor de Farmácia	637.377,87	498.556,84	Provisão de Despesa Proc. Trabalhista (notas 3.21 e 3.21.1)	168.423,71	176.194,44
Material de Almoanário	558.463,08	522.608,40	Imobilizado - Bens de terceiros (nota 3.9)	27.767.105,70	26.887.377,01
Empréstimos Materiais de Terceiros (nota 3.6 e 3.6.1)	78.824,17	79.655,78	Ajustes vida útil econômica - Bens de Terceiros (nota 3.9.1)	(25.854.948,54)	(24.113.163,85)
Operação Com Materiais de Terceiros (nota 3.6 e 3.6.1)	96.349,81	57.457,55	Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.8)	27.160.094,02	-
Ativo Não Circulante	137.522.251,18	235.244.213,16	Convênios/Contratos públicos a realizar (nota 3.20)	108.450.000,00	232.470.000,00
Ativo Realizável a Longo Prazo (nota 3.7)	108.450.000,00	232.470.000,00	Total do Passivo	287.660.622,01	411.269.814,84
Contratos/Convênios Públicos a Receber (nota 3.7)	108.450.000,00	232.470.000,00	Resultados Acumulados dos Exercícios Anteriores e do Período	-	-
Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.8)	27.160.094,02	-	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	287.660.622,01	411.269.814,84
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros Hosp. Est Diadema (nota 3.9)	1.543.344,06	2.392.153,02	Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Imobilizado - Bens de Terceiros	27.338.370,52	26.458.641,83	Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
Ajuste Vida útil Econômica - Bens moveis - (nota 3.9 e 3.9.1)	(25.795.026,46)	(24.066.488,81)	2019		
Ativo Intangível - (nota 3.9 e 3.9.1)	368.813,10	382.060,14	2018		
Intangível de Terceiros	428.735,18	428.735,18	1 - Receitas	149.448.876,83	141.924.139,06
Ajuste Vida útil Econômica - Intangível Tercs - (nota 3.9 e 3.9.1)	(59.922,08)	(46.675,04)	1.1) Prestação de serviços	125.642.196,79	119.153.809,51
Total do Ativo	287.660.622,01	411.269.814,84	1.2) Outras Receitas	387.755,74	335.093,86
Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	23.418.924,30	22.435.235,69
Fluxos de caixa das atividades operacionais			2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	44.648.664,53	41.278.831,14
Superávit /Déficit do exercício/período	-	-	2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	14.000.057,76	11.853.027,10
Depreciação e amortização	-	-	2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	29.044.095,87	27.700.881,37
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	-	-	2.3) Perda/recuperação de valores ativos	879.728,69	875.501,11
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	-	-	2.4) Outros	724.782,21	849.421,56
Varições nos ativos e passivos	26.417.349,61	(5.825.130,33)	3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	104.800.212,30	100.645.307,92
(Aumento) Redução em contas a receber	26.417.349,61	(5.825.130,33)	4 - Retenções	-	-
(Aumento) Redução outros créditos	96.851.593,54	116.366.879,48	5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)	104.800.212,30	100.645.307,92
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(208,99)	(7.446,28)	6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	191,07	20,00
(Aumento) Redução em estoques	(184.995,76)	(243.071,51)	6.1) Receitas financeiras	191,07	20,00
Aumento (Redução) em fornecedores	591.144,76	(1.968.465,22)	7 - Valor Adicionado Total (5+6)	104.800.403,37	100.645.327,92
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	(98.066.161,63)	(111.077.591,04)	8 - Distribuição do Valor Adicionado	104.800.403,37	100.645.327,92
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(25.313.262,11)	2.371.113,18	8.1) Pessoal e encargos	79.534.055,49	76.460.421,42
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(862.056,00)	(741.879,03)	8.2) Impostos, taxas e contribuições	9.847,29	5.480,34
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(566.596,58)	(1.125.591,65)	8.3) Juros	542,77	63.435,44
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	862.056,00	741.879,03	8.4) Aluguéis	1.837.033,52	1.680.755,03
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	23.418.924,30	22.435.235,69
(-) Aquisições de imobilizado	-	-	8.6) Lucros retidos / prejuízo do período	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	862.056,00	741.879,03	valor global estimado de R\$ 581.175.000,00 (Quinhentos e oitenta e um milhões, cento e setenta e cinco mil reais). Em 2019, o HED recebeu recursos distribuídos da seguinte maneira: R\$ 124.020.000,00 (Cento e vinte e quatro milhões e vinte mil reais), referente ao Contrato nº 001.0500.000.037/2016 relativo ao custeio do hospital e R\$ 191.100,00 (Cento e noventa e um mil e cem reais), referente ao T.A nº 02/19, tendo como objeto o repasse de recursos financeiros de investimento, visando a aquisição de equipamentos. O HED possui 266 leitos, divididos em UTI (Unidade de terapia intensiva) adulto, UTI Pediátrica, UTI neonatal, clínicas médicas, pediátrica, cirúrgica, obstétrica, berçário e psiquiatria para dependentes químicos. Há um ambulatório de especialidades, posto de coleta e agência transfusional, centro de diagnósticos, pronto-atendimento, reabilitação, centro cirúrgico e centro obstétrico.	-	-
(-) Adição de bens intangíveis	-	-	1 - Imunidade Tributária: A SPDM enquadrada-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	862.056,00	741.879,03	2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.	-	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	295.459,42	(383.712,62)	2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.	-	-
No início do período	143.144,04	526.856,66	2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quéricia - Rua José Bonifácio, nº 1.641 - Serraria - Diadema - SP CEP 09980-150 - CNPJ nº 61.699.567/0005-16.	-	-
No final do período	438.603,46	143.144,04	3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações: Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas	-	-
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 e 2018			Instuição Financeira Tipo de Aplicação** Taxa % 31/12/2019		
Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins.			Banco do Brasil CDB DI SWAP 85,00 A 99,00 * 242.601,92		
Características da Unidade Gerenciada: O Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quéricia, de agora em diante, denominado HED, foi Inaugurado em 26 de outubro de 2000, o HED é referência de saúde para cerca de 2,7 milhões de pessoas da Região do ABCD, que compreende sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo e a SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina visa à agilidade dos processos administrativos, com orçamento baseado em metas quantitativas e qualitativas com rígido controle do Estado. Em 24/08/2000, a SPDM e o Estado de São Paulo, por intermédio da SES firmaram o primeiro contrato de gestão, Processo nº 001/0001/000.362/2000, tendo por objeto a operacionalização da gestão e execução pela Contratada, das atividades de serviços de saúde no HED, em conformidade com os anexos técnicos que integram este instrumento: a) Anexo técnico I - descrição dos serviços; b) Anexo técnico II - Sistemas de pagamentos; Anexo c) - Indicadores de qualidade. A partir da Resolução SS nº 66, de 11.08.2016 foi celebrado um novo contrato de gestão entre a SPDM e a Secretaria da Saúde, para gerenciar o HED, Processo nº 001.0500.000.037/2016, assinado em 20.12.2016 com vigência de 05 (cinco) anos, com o início em 01/01/2017 e término em 31/12/2021, com			Banco do Brasil CDB DI VIP 5,42 192.716,49		
Características da Unidade Gerenciada: O Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quéricia, de agora em diante, denominado HED, foi Inaugurado em 26 de outubro de 2000, o HED é referência de saúde para cerca de 2,7 milhões de pessoas da Região do ABCD, que compreende sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo e a SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina visa à agilidade dos processos administrativos, com orçamento baseado em metas quantitativas e qualitativas com rígido controle do Estado. Em 24/08/2000, a SPDM e o Estado de São Paulo, por intermédio da SES firmaram o primeiro contrato de gestão, Processo nº 001/0001/000.362/2000, tendo por objeto a operacionalização da gestão e execução pela Contratada, das atividades de serviços de saúde no HED, em conformidade com os anexos técnicos que integram este instrumento: a) Anexo técnico I - descrição dos serviços; b) Anexo técnico II - Sistemas de pagamentos; Anexo c) - Indicadores de qualidade. A partir da Resolução SS nº 66, de 11.08.2016 foi celebrado um novo contrato de gestão entre a SPDM e a Secretaria da Saúde, para gerenciar o HED, Processo nº 001.0500.000.037/2016, assinado em 20.12.2016 com vigência de 05 (cinco) anos, com o início em 01/01/2017 e término em 31/12/2021, com			Total 435.318,41		
Características da Unidade Gerenciada: O Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quéricia, de agora em diante, denominado HED, foi Inaugurado em 26 de outubro de 2000, o HED é referência de saúde para cerca de 2,7 milhões de pessoas da Região do ABCD, que compreende sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo e a SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina visa à agilidade dos processos administrativos, com orçamento baseado em metas quantitativas e qualitativas com rígido controle do Estado. Em 24/08/2000, a SPDM e o Estado de São Paulo, por intermédio da SES firmaram o primeiro contrato de gestão, Processo nº 001/0001/000.362/2000, tendo por objeto a operacionalização da gestão e execução pela Contratada, das atividades de serviços de saúde no HED, em conformidade com os anexos técnicos que integram este instrumento: a) Anexo técnico I - descrição dos serviços; b) Anexo técnico II - Sistemas de pagamentos; Anexo c) - Indicadores de qualidade. A partir da Resolução SS nº 66, de 11.08.2016 foi celebrado um novo contrato de gestão entre a SPDM e a Secretaria da Saúde, para gerenciar o HED, Processo nº 001.0500.000.037/2016, assinado em 20.12.2016 com vigência de 05 (cinco) anos, com o início em 01/01/2017 e término em 31/12/2021, com			* A instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira. 3.3 - Contas a Receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a Resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07) e conforme Resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002), a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referente às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Subvenção e Assistência Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. 3.3.1 - Valores a Receber: Os valores registrados nesta conta em 31.12.2019 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000.037/2016, proveniente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram o montante de R\$ 124.020.000,00 (Cento e vinte e quatro milhões e vinte mil reais). 3.3.3 - Valores em Negociação Contrato/Convênio: Representam outros valores a receber, relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27 (d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. 3.4 - Outros créditos: São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. 3.4.1 - Adiantamento a Fornecedores: Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de		

Continuação material e medicamentos pagos antecipadamente, estes serão devolvidos ou baixados com aquisições de insumos em período subsequente, o saldo registrado em 31/12/2019 representa R\$ 183.604,77 (Cento e oitenta e três mil, seiscentos e quatro reais e setenta e sete centavos). **3.4.2 - Antecipação Salarial:** Os valores registrados em antecipação salarial representam antecipações realizadas a títulos rescisórios ou por força da legislação trabalhista (CLT). **3.4.3 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT), em seus artigos: Art.145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. O saldo registrado em 31.12.2019 representa R\$ 447.106,48 (Quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e seis reais e quarenta e oito centavos). **3.4.4 - Depósito Judicial:** Os valores mantidos em depósito judicial estão amparados por processos trabalhistas e totalizam em 31.12.2019, R\$ 193.720,88 (Cento e noventa e três mil, setecentos e vinte reais e oitenta e oito centavos). **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, gêneros alimentícios e materiais de terceiros até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor escriturado em estoques no exercício de 2019 é de R\$ 1.507.902,16 (Um milhão, quinhentos e sete mil, novecentos e dois reais e dezesseis centavos).

Descrição

	Valores em Reais	
	31.12.2019	31.12.2018
Materiais utilizados no setor de Nutrição	136.887,23	123.485,68
Materiais utilizados no setor de Farmácia	637.377,87	498.556,84
Materiais de Almoarifado	558.463,08	522.608,40

Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2019

Descrição	Posição em 31/12/2019		Aquisição		Baixa		Posição em 31/12/2018	
Imobilizado - Bens de Terceiros	27.767.105,70	879.728,69	-	-	-	-	26.887.377,01	26.887.377,01
Bens Móveis	27.767.105,70	879.728,69	-	-	-	-	26.887.377,01	26.887.377,01
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais	19.550.006,87	263.575,69	-	-	-	-	19.286.431,18	19.286.431,18
Equipamentos Proteção/Segurança/Socor	27.588,00	882,00	-	-	-	-	26.706,00	26.706,00
Equipamentos Processamento de Dados	1.937.703,52	87.177,00	-	-	-	-	1.850.526,52	1.850.526,52
Mobiliário em Geral	2.492.951,87	389.378,11	-	-	-	-	2.103.573,76	2.103.573,76
Maquinas Utens e Equipamentos Diversos	1.961.738,76	109.821,99	-	-	-	-	1.851.916,77	1.851.916,77
Veiculos de Tração Mecânica	212.408,30	-	-	-	-	-	212.408,30	212.408,30
Aparelhos de Medição	110.111,42	9.125,00	-	-	-	-	100.986,42	100.986,42
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	38.732,10	10.764,00	-	-	-	-	27.968,10	27.968,10
Aparelhos e Utens Domésticos	307.355,91	8.634,90	-	-	-	-	298.721,01	298.721,01
Maquinas e Equipamentos de Natureza Indl	538.977,13	-	-	-	-	-	538.977,13	538.977,13
Maquinas e Equipamentos Energéticos	52.500,00	-	-	-	-	-	52.500,00	52.500,00
Maquinas e Equipamentos Gráficos	19.355,00	-	-	-	-	-	19.355,00	19.355,00
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	64.891,16	-	-	-	-	-	64.891,16	64.891,16
Maquinas e Utensílios de Escritório	8.621,40	370,00	-	-	-	-	8.251,40	8.251,40
Maquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	15.429,08	-	-	-	-	-	15.429,08	15.429,08
Softwares	428.735,18	-	-	-	-	-	428.735,18	428.735,18
Total Imobilizado - Terceiros	27.767.105,70	879.728,69	-	-	-	-	26.887.377,01	26.887.377,01

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2019

Descrição	Posição em 31/12/2019		Ajuste de Vida Útil		Posição em 31/12/2018		Taxas anuais médias de Ajuste	
Ajuste vida útil econômica de Bens de Terceiros	(25.854.948,54)	- (1.741.784,69)	(24.113.163,85)	-	(24.113.163,85)	-	-	%
Bens Móveis	(25.854.948,54)	- (1.741.784,69)	(24.113.163,85)	-	(24.113.163,85)	-	-	%
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais	(19.165.826,68)	-(1.426.070,37)	(17.739.756,31)	-	(17.739.756,31)	-	-	10,00
Equipamentos Proteção/Segurança/Socor	(26.867,70)	-(161,70)	(26.706,00)	-	(26.706,00)	-	-	10,00
Equipamentos Processamento de Dados	(1.727.815,05)	-(98.704,62)	(1.629.110,43)	-	(1.629.110,43)	-	-	20,00
Mobiliário em Geral	(2.097.448,81)	-(106.361,69)	(1.991.087,12)	-	(1.991.087,12)	-	-	10,00
Maquinas Utens e Equipamentos Diversos	(1.474.735,54)	-(67.826,41)	(1.406.909,13)	-	(1.406.909,13)	-	-	10,00
Veiculos de Tração Mecânica	(212.408,30)	-	(212.408,30)	-	(212.408,30)	-	-	20,00
Aparelhos de Medição	(101.346,19)	-(1.317,75)	(100.028,44)	-	(100.028,44)	-	-	10,00
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	(27.634,54)	-(3.303,54)	(24.331,00)	-	(24.331,00)	-	-	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(273.899,66)	-(22.719,61)	(251.180,05)	-	(251.180,05)	-	-	10,00
Maquinas e Equipamentos de Natureza Indl	(532.178,97)	-(1.401,72)	(530.777,25)	-	(530.777,25)	-	-	10,00
Maquinas e Equipamentos Energéticos	(52.500,00)	-	(52.500,00)	-	(52.500,00)	-	-	10,00
Maquinas e Equipamentos Gráficos	(19.355,00)	-	(19.355,00)	-	(19.355,00)	-	-	10,00
Equipamentos para Audio Vídeo e Foto	(59.323,38)	-(664,08)	(58.659,30)	-	(58.659,30)	-	-	10,00
Maquinas e Utens de Escritório	(8.257,56)	-(6,16)	(8.251,40)	-	(8.251,40)	-	-	10,00
Maquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	(15.429,08)	-	(15.429,08)	-	(15.429,08)	-	-	10,00
Softwares	(59.922,08)	-(13.247,04)	(46.675,04)	-	(46.675,04)	-	-	10,00
Total do Ajuste Acumulado	(25.854.948,54)	- (1.741.784,69)	(24.113.163,85)	-	(24.113.163,85)	-	-	%

O total das aquisições adquiridas com recursos do contrato de gestão em 2019 de bens móveis e intangíveis totalizaram R\$ 879.728,69 (Oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e vinte e oito reais e sessenta e nove centavos), dos quais solicitamos a Secretaria de Saúde o Termo de Permissão de Uso dos Bens Móveis, Equipamentos médico-hospitalares, softwares e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **3.9.1 - Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em notas explicativas (3.9 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.10 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.11 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: assessoria técnica e jurídica, anestesia, ginecologia/obstetrícia, UTI Infantil, remoção de pacientes, limpeza, lavanderia e portaria. **3.12 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.13 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. **3.14 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.15 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.16 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2019 totalizou R\$ 208.124,58 (Duzentos e oito mil, cento e vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos) e, em 2018, R\$ 178.678,05 (Cento e setenta e oito mil, seiscentos e setenta e oito reais e cinco centavos). **3.17 - Processos Trabalhistas a Pagar:** Os valores evidenciados nesta conta são obrigações decorrentes de processos em que a entidade foi sentenciada ao pagamento de valores complementares a rescisão contratual, onde se entende que não cabem mais recursos judiciais. **3.18 - Outras Contas a Pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar, referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.19 - Materiais de Terceiros em nosso poder:** Representam valores relativos a materiais recebidos de terceiros em nosso poder. Em 31.12.2019 esses valores totalizaram R\$ 26.089,60 (Vinte e seis mil, oitenta e nove reais e sessenta centavos). **3.20 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R2) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão (ou convênio) com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2019 representa R\$ 122.497.942,43 (Cento e vinte e dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, novecentos e quarenta e dois reais e quarenta e três centavos), e o saldo a realizar a longo prazo representa R\$ 108.450.000,00 (Cento e oito milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais).

Materiais de Terceiros 78.824,17 79.655,78
Materiais Consignados 96.349,81 57.457,55
Total 1.507.902,16 1.281.764,25

3.6.1. Materiais de Terceiros e Consignados: O Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quêrcia em parceria com fornecedores de órteses e próteses, mantêm em seu estoque material em consignação para suprir demanda de cirurgias e procedimentos médicos, esses materiais representam R\$ 96.349,81 (Noventa e seis mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e um centavos) e materiais de terceiros, para compor o atendimento emergencial da unidade no valor de R\$ 78.824,17 (Setenta e oito mil, oitocentos e vinte e quatro reais e dezessete centavos), que integram o estoque da instituição. Ambos os itens totalizaram em 31.12.2019 o montante de R\$ 175.173,98 (Cento e setenta e cinco mil, cento e setenta e três reais e noventa e oito centavos), os quais o HED contabiliza em contas específicas de ativo e passivo. **3.7 - Valores a Receber (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta em 2019 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão nº 001.0500.000.037/2016, proveniente da Secretária de Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram R\$ 108.450.000,00 (Cento e oito milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais).

3.8 - Estimativa Rescisão Contratual: A entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de ativo e passivo, em caso de rescisão unilateral por parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2019, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas de Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2019
Aviso Prévio indenizado	R\$ 8.411.995,34
Multa 50% FGTS	R\$ 18.748.098,68
Total	R\$ 27.160.094,02

3.9 - Imobilizado - Bens de Terceiros: O imobilizado da SPDM - HED é composto por bens de terceiros, os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão para os quais o HED solicitou o termo de permissão de uso a SES. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2019		Ajuste de Vida Útil		Posição em 31/12/2018		Taxas anuais médias de Ajuste	
Bens Móveis	(25.854.948,54)	- (1.741.784,69)	(24.113.163,85)	-	(24.113.163,85)	-	-	%
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratoriais	(19.165.826,68)	-(1.426.070,37)	(17.739.756,31)	-	(17.739.756,31)	-	-	10,00
Equipamentos Proteção/Segurança/Socor	(26.867,70)	-(161,70)	(26.706,00)	-	(26.706,00)	-	-	10,00
Equipamentos Processamento de Dados	(1.727.815,05)	-(98.704,62)	(1.629.110,43)	-	(1.629.110,43)	-	-	20,00
Mobiliário em Geral	(2.097.448,81)	-(106.361,69)	(1.991.087,12)	-	(1.991.087,12)	-	-	10,00
Maquinas Utens e Equipamentos Diversos	(1.474.735,54)	-(67.826,41)	(1.406.909,13)	-	(1.406.909,13)	-	-	10,00
Veiculos de Tração Mecânica	(212.408,30)	-	(212.408,30)	-	(212.408,30)	-	-	20,00
Aparelhos de Medição	(101.346,19)	-(1.317,75)	(100.028,44)	-	(100.028,44)	-	-	10,00
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	(27.634,54)	-(3.303,54)	(24.331,00)	-	(24.331,00)	-	-	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(273.899,66)	-(22.719,61)	(251.180,05)	-	(251.180,05)	-	-	10,00
Maquinas e Equipamentos de Natureza Indl	(532.178,97)	-(1.401,72)	(530.777,25)	-	(530.777,25)	-	-	10,00
Maquinas e Equipamentos Energéticos	(52.500,00)	-	(52.500,00)	-	(52.500,00)	-	-	10,00
Maquinas e Equipamentos Gráficos	(19.355,00)	-	(19.355,00)	-	(19.355,00)	-	-	10,00
Equipamentos para Audio Vídeo e Foto	(59.323,38)	-(664,08)	(58.659,30)	-	(58.659,30)	-	-	10,00
Maquinas e Utens de Escritório	(8.257,56)	-(6,16)	(8.251,40)	-	(8.251,40)	-	-	10,00
Maquinas Ferramentas e Utensílios de Oficina	(15.429,08)	-	(15.429,08)	-	(15.429,08)	-	-	10,00
Softwares	(59.922,08)	-(13.247,04)	(46.675,04)	-	(46.675,04)	-	-	10,00
Total do Ajuste Acumulado	(25.854.948,54)	- (1.741.784,69)	(24.113.163,85)	-	(24.113.163,85)	-	-	%

3.21-1 - Contingências Passivas: Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. As ações civis têm por origem, independentemente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quantos processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2019 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação civil, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 179.224.161,90 (Cento e setenta e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil, cento e sessenta e um reais e noventa centavos), e, com a possibilidade de perda tida como "remota" o valor apurado foi de R\$70.000,00 (Setenta mil reais). Ainda no exercício de 2019, a Unidade Gerenciada acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 1.922.595,05 (Um milhão, novecentos e vinte e dois mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinco centavos).

SPDM - HED					
Contingências Passivas					
Trabalhista		Provável		Cível	
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
168.423,71	1.922.592,05	-	713.240,98	179.224.161,90	70.000,00

3.21-2 - Contingências Ativas: Em atendimento ao Princípio da Prudência, as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão proferida em julgado para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2019, em relação às execuções cíveis, cuja probabilidade de perda era tida como provável, o montante foi de R\$ 65.292,00 (Sessenta e cinco mil e duzentos e noventa e dois reais), e para as ações cuja probabilidade era tida como possível, o montante chegou a R\$ 47.690,00 (Quarenta e sete mil e seiscentos e noventa reais). Em 2019, com relação às execuções tributárias, a unidade gerenciada não possui contingências ativas com probabilidade "provável". Para ações fiscais cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 805.535,39 (Oitocentos e cinco mil, quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos).

SPDM - HED					
Contingências Ativas					
Tributária		Provável		Cível	
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
-	805.535,39	-	65.292,00	47.690,00	-

3.22 - Outros Ativos e Passivos: Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. Com referência a outros passivos exigíveis, a Entidade está se valendo de Medidas Liminares - Tutelas Antecipadas obtidas na justiça federal, que suspendem a exigibilidade do Hospital Estadual de Diadema, de estar recolhendo PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Recentemente, em 2014, a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) foi reafirmada em sessão plenária quanto à imunidade tributária das entidades filantrópicas em relação ao Programa de Integração Social (PIS). A matéria foi discutida no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 636941, que teve repercussão geral reconhecida. Desta forma, entende o STF que entidades filantrópicas portadoras do CEBAS, fazem jus a imunida-

de sobre contribuição para o PIS. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais.

4.1 - Das Receitas Operacionais: Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimentos das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com Res. CFC Nº 1.305/10 - NBC TG 07(R-2) Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde

▶ continuação

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2019

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Internações						
Saída Hospitalar - Total	5.556	5.723	5.556	5.629	11.112	11.352
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	3.540	3.505	3.540	3.431	7.080	6.936
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	2.016	2.218	2.016	2.198	4.032	4.416
HD/CIR. Ambulatorial - Total	1.452	1.395	1.452	1.384	2.904	2.779
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)						
Consulta de urgência	11.448	12.687	13.356	13.933	24.804	26.620
Atendimento Ambulatorial - Total	43.962	41.988	43.962	43.201	87.924	85.189
Consulta médica - Total	34.050	31.936	34.050	33.105	68.100	65.041
Atendimento não médico - Total	9.912	10.052	9.912	10.096	19.824	20.148
SADT Externo - Total	8.268	9.085	8.268	9.318	16.536	18.403

SPDM - Hospital Estadual de Diadema

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2019

Receitas	Custeio	Investimento
Repasse do Contrato / Convênio	124.020.000,00	191.100,00
Receitas Financeiras e Outras Receitas	542.393,20	-
Total das Receitas	124.562.393,20	191.100,00
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	(81.042.007,30)	-
Despesas com Materiais, Serviços e Outras Despesas	(42.515.617,68)	(900.408,80)
Total das Despesas	(123.557.624,98)	(900.408,80)

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2019 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizaram R\$ 23.418.924,30 (Vinte e três milhões, quatrocentos e dezoito mil, novecentos e vinte e quatro reais e trinta centavos). Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2019, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 19.173.219,51 (Dezenove milhões, cento e setenta e três mil, duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e um centavos). Em 2018, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 18.365.386,70 (Dezoito milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos). **9.2-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incidente também sobre a folha de pagamento por serviços de terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo

que no exercício de 2019 atingiu um montante de R\$ 497.270,76 (quatrocentos e noventa e sete mil, duzentos e setenta reais e setenta e seis centavos). Em 2018 o referido valor de receita totalizou R\$ 505.587,92 (Quinhentos e cinco mil, quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e dois centavos). **9-3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2019 foi de R\$ 3.748.434,03 (Três milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e três centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2018, esse montante foi de R\$ 3.564.261,07 (Três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e sessenta e um reais e sete centavos). **9-4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2019, o trabalho voluntário estatutário representou o montante de R\$ 2.154,93 (Dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos) e os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 6.142,70 (seis mil, cento e quarenta e dois reais e setenta centavos). Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,89 (Dois mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos), enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 10.747,46 (Dez mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos). **10 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para a cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Diadema, 31 de Dezembro de 2019.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

Dr. Mário Hideo Kono - Diretor Técnico

Fernanda Lisboa de Oliveira Flávio - Contadora - CRC 1SP 316632/O-0

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as Demonstrações contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Estadual de Diadema Governador Orestes Quêrcia que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se cau-

sada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 27 de março de 2020. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.**

Certificação Digital Imprensa Oficial

Sua assinatura reconhecida
em qualquer lugar do mundo.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

Imprensa Oficial, certificadora oficial do Governo do Estado de São Paulo.

io | certificação digital

www.imprensaoficial.com.br

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

